



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO

THE CATEGORIES OF SUBJECT AND PARTICULARITY: CONTRIBUTIONS TO THE THEORETICAL CONSTRUCT OF THE RESEARCH ON THE PUBLIC-PRIVATE RELATION IN EDUCATION

LAS CATEGORÍAS DE SUJETO Y PARTICULARIDAD: CONTRIBUCIONES PARA EL CONSTRUCTO TEÓRICO DE LA INVESTIGACIÓN SOBRE LA RELACIÓN ENTRE PÚBLICO Y PRIVADO EN LA EDUCACIÓN

Angelo Maurício de Andrade Paz¹

e473585

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i7.3585>

PUBLICADO: 07/2023

RESUMO

Na pesquisa sobre a relação entre público e privado nas políticas educacionais a teoria tem um papel fundamental, podendo servir de veículo para novas epistemologias e formas de experiência. A teorização deve repousar sobre a incerteza e aceitar a contradição, evitando uma postura positivista. Para pensar a relação entre público e privado em um contexto particular da história do capitalismo, em que os países vivenciaram ao mesmo tempo processos de democratização e de privatização do público, é mister aprofundar a análise sobre quem são os sujeitos envolvidos nas políticas e qual o conteúdo de suas propostas. As categorias de sujeito conforme Thompson e de particularidade conforme Lukács podem contribuir assim para a pesquisa sobre a relação público-privado a partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético. Thompson desenvolve a categoria de sujeito fazendo a crítica a Althusser, propondo a ideia de um sujeito que é agente da própria história através do exercício da luta de classes. O pesquisador da relação público-privado deve interrogar os documentos históricos na busca de evidências empíricas da materialização dos sujeitos nas políticas. Lukács aborda o problema da relação entre particularidade, singularidade e universalidade como uma questão chave do pensamento humano, analisando-o em sucessivos autores, tendo Marx como ponto de chegada. Este, atribuindo ao proletariado um papel revolucionário, propõe que apenas em nome dos direitos universais da sociedade uma classe particular pode reivindicar o domínio universal. O movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediado pelo particular.

PALAVRAS-CHAVE: Relações público-privado em educação. Sujeito. Particularidade.

ABSTRACT

In the research on public-private relationship in educational policies, theory has a key role, given that it may serve as vehicle to new epistemologies and experience forms. Theory must rest on uncertainty and accept contradiction, avoiding a positivist posture. Thinking the public-private relationship in a particular context of the history of capitalism, in which countries have experienced at the same time processes of democratization and privatization of the public, requires deepening the analysis on who are the subjects involved in the policies and what is the content of their proposals. The categories of subject according to Thompson and particularity according to Lukács may then contribute to the research on public-private relationship as from the perspective of historical and dialectical materialism. Thompson develops the category of subject criticizing Althusser, proposing the idea of a subject that is the agent of his own history through the exercise of class conflict. The public-private relationship researcher must interrogate the historical documents in order to find empirical evidence of the materialization of the subjects in the policies. Lukács addresses the issue of the relation between

¹ Professor de língua portuguesa e língua espanhola das redes municipais de ensino de Cachoeirinha/RS e Esteio/RS. Estudante de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador do Grupo de Pesquisa sobre a Relação Público-privado na Educação (GPRPPE-UFRGS).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

particularity, singularity and universality as a key question of the human thinking, analysing it in several authors, having Marx as an arrival point. This. attributing to proletariats a revolutionary role, proposes that only in the name of the universal social rights can a particular class claim the universal domain. The movement from singular to universal and vice versa is always mediated by particular.

KEYWORDS: *Public-private relationship in education. Subject. Particularity.*

RESUMEN

En la investigación sobre la relación público-privado en políticas educativas la teoría tiene un papel fundamental, sirviendo como vehículo para nuevas epistemologías y formas de experiencia. La teorización debe reposar sobre la incertidumbre y aceptar la contradicción, evitando una postura positivista. Pensar la relación público-privado en un contexto particular de la historia del capitalismo, en que los países vivenciaron a la vez procesos de democratización e de privatización de lo público, requiere profundizar el análisis sobre quienes son los sujetos involucrados en las políticas y cual es el contenido de sus propuestas. Las categorías de sujeto conforme Thompson y de particularidad conforme Lukács pueden contribuir así para la investigación sobre la relación público-privado a partir de la perspectiva del materialismo histórico-dialéctico. Thompson desarrolla la categoría de sujeto criticando a Althusser, proponiendo la idea de un sujeto que es agente de la propia historia a través del ejercicio de la lucha de clases. El investigador de la relación público-privado debe interrogar a los documentos históricos en la búsqueda de evidencias empíricas de la materialización de los sujetos en las políticas. Lukács aborda el problema de la relación entre particularidad, singularidad y universalidad como una cuestión clave del pensamiento humano, analizándolo en sucesivos autores, teniendo a Marx como punto de llegada. Este, atribuyéndole al proletariado un papel revolucionario, propone que solo en nombre de los derechos universales de la sociedad una clase particular podría reivindicar el dominio universal. El movimiento del singular al universal y viceversa es siempre mediado por el particular.

PALABRAS CLAVE: *Relaciones público-privado en educación. Sujeto. Particularidad.*

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento das categorias de análise e dos fundamentos teóricos e metodológicos são fundamentais em qualquer pesquisa acadêmica. Ao se pesquisar o tema da relação entre o público e o privado na educação, particularmente, a teoria tem um papel essencial. Conforme afirma Ball (2011, p. 93), “a teoria é um veículo para ‘pensar diferente’, é uma arena para ‘hipóteses audaciosas’ e para ‘análises provocantes’”. O autor se refere ao papel da teoria de oferecer ao pesquisador uma “linguagem para o desafio”, que lhe permita formular seu pensamento de formas diferentes daquelas articuladas pelos dominantes. Para ele, a teoria tem o propósito de “desfamiliarizar” práticas e categorias vigentes fazendo-as parecer “menos necessárias”, assim abrindo espaço para a invenção de novas formas de experiência.

Ball (2011, p. 94) critica ainda a tradição intelectual anglo-saxônica, para ele marcadamente “positivista e utilitária”. Segundo o autor, no interior dessa tradição, ciência e conhecimento somente poderiam ser considerados úteis e válidos quando “pesados e medidos por resultados concretos”. Para Ball (2011, p. 97), a teorização deve repousar sobre a complexidade, a incerteza e a dúvida, “além de basear-se na reflexividade sobre a própria produção e sobre suas pretensões de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

conhecimento do social”. Pensar a teoria segundo esse paradigma evita uma postura tacanha por parte do intelectual, em que este estaria plenamente convencido da validade da sua teorização, que seria destarte fechada e rígida.

A reflexão de Ball (2011) parte, na verdade, de um apanhado que o autor faz do panorama histórico das pesquisas educacionais na Inglaterra. O autor identifica a necessidade de repensar a teorização no interior da pesquisa educacional após constatar que, entre as décadas de 1970 e 1980, com a crise do Estado de Bem-estar keynesiano, se abatera sobre o discurso acadêmico britânico uma espécie de pessimismo, tendo ocorrido um colapso das relações entre pesquisa e política. Nesse contexto abre-se um vácuo na arena da elaboração das políticas, que acaba sendo preenchido por intelectuais orgânicos da nova direita (BALL, 2011, p. 81-82). De um lado, os intelectuais de esquerda se dividem por meio de questões identitárias; de outro, a nova direita logra substituir os temas relacionados à justiça social “pela implementação de estudos voltados a temas como ‘qualidade’, ‘avaliação’, ‘liderança’ e ‘responsabilização’” (BALL, 2011, p. 83).

Para pensar o contexto atual das políticas educacionais, tanto em âmbito local (Brasil) quanto em âmbito regional (América Latina), contexto em que se verifica que os países, apesar de terem vivenciado processos de democratização, viveram também e concomitantemente processos de privatização do público (PERONI, 2021, p. 20), a teoria é, portanto, de cabal importância, uma vez que permite ao pesquisador compreender esse movimento que é contraditório. Conforme afirma Peroni (2021, p. 20), analisar a relação entre o público e o privado implica “aprofundar a análise acerca de quem são os seus sujeitos, quais são as relações que eles implicam e qual é o conteúdo de suas propostas”. E, no aprofundamento dessa análise, a teoria cumpre o papel aludido por Ball (2011): é a “linguagem para o desafio” que repousa sobre a dúvida, mas proporciona terreno para a apreensão do movimento do real.

Tendo em vista essas reflexões, o objetivo deste artigo é abordar duas categorias de análise que permitem ao pesquisador atual refletir sobre a política educacional a partir da perspectiva teórica do materialismo histórico-dialético: a categoria de sujeito e a de particularidade. Para pensar tais categorias, nos baseamos principalmente em dois autores: Edward Palmer Thompson (1981) e Georg Lukács (1970). A escolha destes autores e obras não é fortuita.

Em primeiro lugar, o desenvolvimento das reflexões contidas neste artigo foi uma necessidade surgida a partir da elaboração do capítulo teórico-metodológico de nossa dissertação de mestrado (ainda em desenvolvimento na data de entrega deste artigo), que aborda a relação entre público e privado na política educacional da Argentina durante o período de governo de Mauricio Macri (Podemos, 2015-2019). Assim, através dos diálogos e discussões levados a cabo durante as orientações coletivas (sessões de orientação que envolvem todo o grupo de orientandos), constatou-se a necessidade de compreender mais profundamente as categorias de sujeito e de particularidade a fim de auxiliar a pensar o objeto e desenvolver o arcabouço teórico da pesquisa.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

Em segundo lugar, tais categorias de análise constituem pontos de partida fundamentais na pesquisa atual sobre a relação entre o público e o privado na elaboração e implementação das políticas educacionais. De acordo com Peroni,

a política social não é, simplesmente, determinada pelas mudanças sociais e econômicas, mas é parte constitutiva dessas mudanças. Entende-se que as políticas sociais são parte da materialização do Estado, que, por sua vez, é parte do movimento histórico em um período particular do capitalismo (PERONI, 2015, p. 16).

Assim, a autora procura analisar as políticas educacionais à luz do entendimento de como se materializa a relação entre o público e o privado, como um processo não isento de contradições, “através de sujeitos com processos societários distintos, em uma relação de classe” (PERONI, 2015, p. 16). Daí emergem as categorias de sujeito e de particular.

Por um lado, se a relação entre o público e o privado pode ser entendida “como projetos societários em disputa, [...] com forças sociais que defendem projetos privados com interesses vinculados ao mercado ou ao neoconservadorismo” (PERONI, 2021, p. 19), tendo assim graves implicações para a democracia, a análise dessa relação deve partir da compreensão dos sujeitos (individuais e coletivos) nela involucrados, bem como de seu projeto de classe. Aqui, as contribuições de Thompson (1981) serão de grande valia.

Por outro lado, a materialização dessa correlação de forças ocorre na sociedade em um período particular do capitalismo (PERONI, 2021), ou ainda em um contexto histórico e geográfico particular, com contradições (PERONI, 2015), que opõe os projetos societários do setor privado (vinculado, como mencionado anteriormente, ao mercado e ao neoconservadorismo) e a “história de lutas pela democratização da educação materializada em direitos” (PERONI, 2015). Aqui, Lucáks (1970) é quem nos auxilia na análise, ao abordar a relação entre singular e universal, com a mediação do particular.

Assim, nas duas próximas seções deste artigo abordaremos respectivamente a categoria de sujeito conforme Thompson (1981) e a categoria de particularidade conforme Lucáks (1970). Na quarta e última seção, teceremos nossas considerações finais.

1 A CATEGORIA DE SUJEITO SEGUNDO THOMPSON (1981)

Para desenvolver a categoria de sujeito, nos valem de Thompson (1981). Em *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, cuja primeira edição é de 1978, o historiador Edward Palmer Thompson saúda a maturidade e o êxito do materialismo histórico enquanto prática derivada da tradição marxista. Contudo, o autor ressalva que esse êxito pode ter sido o causador de uma espécie de letargia conceitual (THOMPSON, 1981, p. 9), supostamente causada pela negligência das suas linhas de abastecimento teórico, razão pela qual o materialismo histórico se encontrava naquele momento, segundo Thompson, sendo atacado pela retaguarda; não



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

por uma ideologia manifestamente burguesa, mas pelo filósofo francês Louis Althusser, que, nas palavras de Thompson, pretendia ser mais marxista do que Marx.

Althusser pretendia pôr à prova as bases epistemológicas do materialismo histórico, e eventualmente conclui que seus avanços se haviam assentado sobre o que ele chama de “empirismo”, sendo levado a concluir que os homens não são sujeitos de sua própria história, mas *Träger*, ou vetores de determinações estruturais ulteriores, e que a História, enquanto disciplina, não teria valor cientificamente, por estar supostamente condenada (por sua natureza) ao empirismo, que seria uma manifestação da ideologia burguesa (THOMPSON, 1981, p. 10). Thompson trata então de resgatar o papel da História dentro da prática do materialismo histórico, discutindo um a um conceitos chave do materialismo histórico que teriam sido analisados de maneira imprópria por Althusser, dentre os quais se encontra a categoria de sujeito.

É importante assinalar de antemão que Thompson também tinha no seu horizonte, ao escrever seu texto, uma crítica ao stalinismo e ao momento da U.R.S.S. (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O autor escreve, por exemplo,

[...] para uma mente racional na tradição marxista é uma época insuportável. [...] Contradições obscenas se manifestam, gracejam e desaparecem; o conhecido e o desconhecido trocam de lugar; até mesmo as categorias, quando as examinamos, se dissolvem e se transformam em seus contrários. No Ocidente uma alma burguesa anseia por um “marxismo” que lhe cure a própria alienação; no mundo “comunista”, uma pretensa “base socialista” dá origem a uma “superestrutura” de fé cristã ortodoxa, materialismo corrupto, nacionalismo eslavo e Soljenitsin. (THOMPSON, 1981, p. 33-34)

Segundo Thompson (1981), a categoria histórica de classe social foi incompreendida, atormentada, transfixada e des-historizada devido ao fato de os conceitos marxistas serem moeda corrente num universo intelectual mais amplo — isto é, são comuns a diversas disciplinas, não sendo, portanto, uma exclusividade dos historiadores marxistas. Para o autor, “uma formação histórica autodefinidora, que homens e mulheres elaboram a partir de sua própria experiência de luta, foi reduzida a uma categoria estática, ou a um efeito de uma estrutura ulterior, das quais os homens não são os autores, mas os vetores” (THOMPSON, 1981, p. 57). Mas a História não é estática, e cada momento histórico não é apenas um momento do ser, mas também do vir-a-ser; é resultado simultaneamente de processos anteriores e um índice da direção do seu fluxo futuro, onde se encontram contradições e ligações, elementos subordinados e dominantes, energias decrescentes ou ascendentes (THOMPSON, 1981, p. 58). Assim, o Homem enquanto sujeito não é um ser determinado, mas um agente de sua própria história, atividade que ele exerce por meio da luta de classes.

Thompson recupera o pensamento do filósofo e historiador italiano dos séculos XVII e XVIII Giambattista Vico, apontando este como um precursor do materialismo histórico. Vico apresenta a



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

concepção da história como processo com um sujeito (os homens e mulheres), que é agente da própria história porque esta se sujeita a “pressões modeladoras e diretivas, articulações indicativas de práticas humanas” (THOMPSON, 1981, p. 99). Thompson dá então um salto epistemológico, e conclui que as “vontades individuais” dos homens (que são responsáveis pelas aludidas pressões sobre o processo histórico) são condicionadas em termos de classe, de sorte que “podemos dizer, ao mesmo tempo, que ‘fazemos a nossa própria história’, e que ‘a história se faz a si mesma” (THOMPSON, 1981, p. 101). Nas palavras do próprio Marx, “[...] são as relações sociais baseadas em antagonismo de classe. Essas relações não se processam entre indivíduo e indivíduo, mas entre trabalhador e capitalista, entre camponês e latifundiário etc.” (MARX, 1976 apud THOMPSON, 1981, p. 135). Daí deriva a máxima (atribuída a Marx, mas que Thompson aponta que não encontrou *ipsis litteris* em nenhuma obra sua) de que a luta de classes é o motor da história. Thompson aponta que a analogia não seja talvez a mais apropriada, pois a imagem do motor sugere algo ulterior a que estão sujeitos os homens. Mais conveniente, tendo em vista o exposto acima, parece ser aquela frase encontrada no primeiro capítulo do Manifesto do Partido Comunista: “a história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes” (MARX; ENGELS, 2017, p. 22).

O reconhecimento da categoria de sujeito é fundamental na medida em que antagoniza com postulados da Economia Política burguesa vulgarizada, que procura através da ideologia impor à classe operária uma estrutura imutável, tratando de convencê-la da sua impotência para resistir a essas leis naturais como parte da estratégia de alienação das forças produtivas do trabalho social (THOMPSON, 1981, p. 164-165).

Thompson defende ainda o papel do historiador que investiga a evidência histórica, que vem a ser os documentos históricos, que sobreviveram por motivos distantes da intencionalidade dos atores históricos (na maioria dos casos, sobretudo os da História mais recente). Para o autor, interrogar os documentos históricos não se trata de “empirismo”, como diz Althusser, mas da busca de novas evidências e da proposição de novas questões.

Um acordo de casamento entre o filho de um latifundiário e a filha de um mercador das Antilhas no século XVIII pode deixar um depósito substancial num arquivo administrativo [...]. Nenhum dos atores teve a intenção de registrar fatos interessantes para uma vaga posteridade, mas sim de unir e assegurar a propriedade de maneiras específicas, e talvez também estabelecer uma relação humana. O historiador lerá este material e, à luz das perguntas que propõe, poderá derivar dele evidências [...] que os autores não tiveram a intenção de revelar (THOMPSON, 1981, p. 36-37)

Assim sendo, cabe comentar aqui que na pesquisa sobre a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais, quando se adota uma perspectiva teórico-metodológica que atende aos preceitos do materialismo histórico-dialético, é mister efetuar um diálogo com os documentos históricos. O objetivo do pesquisador deve ser o de realizar a tarefa do historiador e



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

propor aos documentos as perguntas que permitam derivar dados empíricos que possam fundamentar a análise. Em se tratando de políticas públicas de educação, documentos legais são fundamentais por permitirem a busca destas evidências.

Ao definir o seu objeto de estudo, o pesquisador efetuará um recorte que podemos chamar de geográfico, isto é, decidirá que sistema(s) analisará. Pode-se, por exemplo, analisar uma rede municipal ou estadual, ou a educação de todo um país, bem como realizar um estudo comparado; enfim, as possibilidades são múltiplas. Em seguida, o pesquisador deverá efetuar um recorte temporal: sua análise abordará que período(s)? Realizadas estas definições primordiais, emergirá um arcabouço de documentos legais que o pesquisador deverá analisar, dentro da ideia exposta acima, qual seja a de interrogar os documentos históricos em busca de evidências empíricas. Textos constitucionais, leis de educação, leis de financiamento da educação pública, regimentos e planos de carreira do magistério público, planos de educação são exemplos de documentos legais cuja leitura será fundamental para que o pesquisador entenda o seu objeto de estudo, pois é através deles que a política educacional se materializa, e se materializa também e, portanto, a relação entre o público e o privado naquele contexto histórico e geográfico particular.

Evangelista (2012) considera que tais documentos (oficiais e oficiosos, publicados em suporte de papel ou eletrônico) oriundos dos aparelhos estatais ou de agências e intelectuais que gravitam em seu entorno, além de expressarem as diretrizes da política educacional, articulam interesses e produzem intervenções sociais. A autora afirma que a língua é a forma de consciência especificamente humana que se configura como arena de conflito social, sendo que as condições objetivadas nas relações entre as diferentes classes sociais podem atribuir sentidos diferentes à linguagem, sem que, com isso, os sujeitos estejam necessariamente determinados pelas circunstâncias históricas (EVANGELISTA, 2012).

Dessa forma, qualquer pesquisa sobre políticas educacionais que pretenda investigar a fundo os projetos societários nelas materializados não pode prescindir da análise documental. A título de exemplo, Apple (1995 *apud* SHIROMA; CAMPOS; GARCIA, 2005, p. 430) cita os relatórios *The Paideia Proposal* e *A Nation at Risk* publicados nos Estados Unidos e na Inglaterra respectivamente em 1982 e 1983, que forneceram a base para inúmeras reformas educacionais de corte neoliberal, ocorridas em vários países nas décadas subsequentes. Esse papel é orientado por organismos multilaterais como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (através da UNESCO e do PNUD) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), e pode ser identificado pelo pesquisador que analisa os documentos legais que embasam as reformas ao compará-los com os documentos orientadores desses organismos, que prescrevem as orientações a serem adotadas, além de produzir o discurso “justificador” das reformas.

Para a compreensão do contexto histórico e geográfico particular emerge a importância das contribuições de Lukács (1970), tema da próxima seção deste artigo.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

2 A PARTICULARIDADE EM LUKÁCS (1970)

Para analisar a categoria de particularidade, nos valem de Lukács (1970), que identifica as relações entre universalidade, particularidade e singularidade como um antiquíssimo problema do pensamento humano, apontando a importância da delimitação clara dessas categorias a fim de que possamos nos orientar na realidade. Para tanto, o filósofo húngaro analisa o desenvolvimento dessas categorias na história do pensamento, sucessivamente em Kant, em Schelling e em Hegel, até chegar a Marx. Seu ponto de chegada é a estética marxista, mas o percurso do seu pensamento se dá sempre no horizonte do materialismo histórico-dialético.

Segundo Lukács (1970, p. 8), a Kant cabe o papel de pioneiro na abordagem do problema da particularidade, embora assinale que sua interpretação desse problema é uma interpretação burguesa, devido à oscilação entre materialismo e idealismo, entre pensamento metafísico e pensamento dialético. A relação entre particular e universal surge na filosofia de Kant como uma necessidade da recém-surgida ciência da biologia, que forçou o despedaçar das molduras do pensamento mecanicista das correntes dominantes da época. Para o autor, Kant considerava humanamente absurdo que a filosofia fosse capaz de explicar, por exemplo, “a simples produção de um ramo de uma planta”, da mesma forma que Newton havia sido capaz de explicar as leis da física, isto é, “segundo leis naturais não ordenadas conforme um fim” (LUKÁCS, 1970, p. 9). Assim Kant, na Primeira Introdução à Crítica do Juízo, procura pensar a transição entre particular e universal, e para tanto concebe três faculdades da alma: intelecto (a faculdade de conhecer o universal), juízo (a faculdade de subordinar o particular ao universal) e razão (a faculdade de determinar o particular através do universal) (LUKÁCS, 1970, p. 14). Conforme aponta Lukács (1970, p. 14), na concepção kantiana a tarefa do conhecimento passa a ser atribuída ao juízo, que estabelece uma ponte entre particular e universal.

Já a filosofia de juventude de Schelling, segundo Lukács (1970), contém interessantes indicações para a elaboração de uma dialética do universal e do particular que vai além de Kant, embora seu pensamento acabe desembocando, de modo análogo ao de Goethe anos antes, em um irracionalismo intuitivo. A superação de Kant por Schelling se dá pela suposição da compenetração recíproca do universal e do particular, uma superação mútua deles, uma conversão de um no outro. Para Schelling,

as ideias nada mais são do que a síntese da identidade absoluta de universal e particular. [...] O que implica [...] na ideia ou, pelo menos, no pressentimento de que o universal e o particular não são simplesmente determinações do pensamento, mas sim que a determinação ideal é apenas a expressão subjetiva da realidade objetiva existente em si (LUKÁCS, 1970, p. 29).

Hegel também supera os limites da filosofia de Kant ao colocar no centro da lógica a questão das relações entre singularidade, particularidade e universalidade, embora Lukács (1970) aponte



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

limites idealistas (determinados pelo atraso da Alemanha da época, em comparação com outros países europeus) também em seu pensamento, derivados da contraposição de sistema e método. Para Lukács (1970, p. 34-35), “o método dialético tende a conceber todos os setores do ser e da consciência como um processo histórico movido por contradições”. Mas o sistema fechado da filosofia hegeliana “introduz contradições insolúveis”. Segundo Lukács, Hegel

só pôde dar este passo porque fez múltiplas tentativas de compreender filosoficamente as experiências da revolução burguesa de sua época, de encontrar nelas a base para a existência de uma dialética histórica, para iniciar a partir daqui a construção de uma lógica de novo tipo (LUKÁCS, 1970, p. 36).

Em seu intento de expor filosoficamente a revolução burguesa, Hegel, que apoiava os objetivos antifeudais e a política da Revolução Francesa, considerava que a grande tarefa da revolução era a de criar um ordenamento estatal que correspondesse às relações sociais reais. Assim, ele se depara com o problema da dialética histórico-social de universalidade e particularidade. Lukács considera que Hegel pressentia a dinâmica concreta das lutas de classe:

Hegel considera o Estado do *ancien régime* como uma formação que alimenta a pretensão de representar a sociedade como um todo (em lógica: de ser universal), mas um tal Estado serve exclusivamente aos interesses das camadas feudais dominantes (em lógica: do particular). Para Hegel, portanto, na dinâmica histórica da revolução, manifesta-se um quadro no qual um sistema socialmente sobrevivente exerce uma verdadeira e real tirania que é desonrosa para todo o povo (o universal torna-se particular). A classe revolucionária, a burguesia [...], ao contrário, representa na revolução o progresso social, bem como os interesses das outras classes (o particular torna-se universal) (LUKÁCS, 1970, p. 36).

Encontra-se aqui a ideia segundo a qual a forma inferior deve ser compreendida a partir da superior e não vice-versa. Contudo, aqui se apresenta também o limite idealista da filosofia de Hegel: ela representa um momento da defesa histórica da revolução burguesa. A sociedade burguesa que emerge da revolução é considerada como a forma mais alta possível da sociedade em geral, como sua forma mais universal. Por essa razão é considerada como universalidade (como gênero), ao passo que a forma anterior — a sociedade feudal — é considerada como particularidade (como espécie) (LUKÁCS, 1970, p. 41).

Mesmo assim, Hegel concebe a história como um “teatro das paixões humanas”, como palco dos interesses, objetivos e aspirações particulares dos homens, que são, portanto, sua força motriz. Faz-se presente em Hegel a

grande verdade histórica de que são estas lutas das paixões particulares e egoístas dos homens, na verdade, a colocarem diretamente em movimento os eventos; mas que, no conjunto, nasçam e morram outros conteúdos, mais altos e mais universais do que aqueles que os homens colocaram imediatamente em jogo (LUKÁCS, 1970, p. 43).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

Destarte, do particular (e de sua negação) nasce o universal, sendo este um importante fundamento para caracterizar a moderna sociedade burguesa, inclusive no sentido de desmascarar a pretensão da burguesia enquanto classe dirigente de representar os interesses de toda a sociedade (o universal), quando em verdade “pretendiam realizar tão-somente os seus restritos e egoístas interesses de classe (o particular)” (LUKÁCS, 1970, p. 70).

Na crítica de Marx a Hegel, a problemática de particular e universal é retomada. Inicialmente do ponto de vista de um “radical hegelianismo de esquerda” (em seus escritos de juventude) e, posteriormente, conforme evolui para o materialismo filosófico e para o comunismo, Marx faz a inversão materialista do idealismo de Hegel, elevando essa crítica a um nível altíssimo, social e filosoficamente. Marx pode avançar em relação a Hegel porque “tem em vista uma revolução democrática na qual o proletariado terá uma função dirigente e que contém em si a possibilidade de se transformar em revolução socialista”, e assim entende que uma revolução desta natureza se funda sobre o fato de que “somente em nome dos direitos universais da sociedade pode uma classe particular reivindicar para si mesma o domínio universal” (MARX apud LUKÁCS, 1970, p. 71). Enquanto Hegel, apesar de ver claramente a luta entre o velho e o novo como conteúdo essencial da história, interpreta o novo com os princípios do velho, o jovem Marx, como democrata revolucionário, emprega os conceitos do novo para realizar uma autêntica crítica do velho.

Conforme Lukács (1970, p. 85), a dialética de universal e particular na sociedade tem uma função de grande monta: o particular representa “a expressão lógica das categorias de mediação entre os homens singulares e a sociedade”, cuja base é a economia. Ora, a ciência burguesa opera a desistorização da ciência econômica, dando origem a uma nova ciência, a sociologia, para tratar as categorias sociais desligadas da economia, transformando ambos (categorias sociais e fenômenos econômicos) em “eternos”, “universais”. O método dialético marxista é, portanto, uma intensa polêmica contra essa dissolução, por representar história, sociedade e economia como um processo unitário indissociável (mantendo-se firmemente a prioridade da base econômica).

Citando Lênin, Lukács sublinha a unidade dialética e a conexão contraditória de singular e universal. Ao analisarmos uma proposição lógica a mais simples, como “as folhas da árvore estão verdes”, ou “Ivã é um homem”, ou ainda “Zhuchka é um cachorro”, podemos constatar que aqui já há dialética, pois o singular é o universal.

Desta forma, os opostos (o singular é o oposto do universal) são idênticos: o singular não existe senão em sua relação com o universal. O universal só existe no singular, através do singular. Todo singular é (de um modo ou de outro) universal. Todo universal é (partícula ou aspecto, ou essência) singular. Todo universal abarca apenas de modo aproximado todos os objetos singulares. Todo singular faz parte incompletamente do universal etc. (LÊNIN apud LUKÁCS, 1970, p. 100-101).

Deste modo, afirma Lukács, se evidencia como o materialismo dialético restabelece conceitualmente a inseparável ligação existente na realidade entre universalidade e singularidade,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

tratando de aperfeiçoá-la continuamente (LUKÁCS, 1970, p. 101). O autor também afirma que “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular” (LUKÁCS, 1970, p. 103). Assim, não por acaso a filosofia burguesa tratou historicamente de “esquecer” a categoria de particularidade, como ilustra o exemplo de Max Stirner, severamente criticado por Marx. Segundo este, Stirner

não quer que dois indivíduos se encontrem em “antagonismo” como burguês e proletário, protesta contra o “particular” que o burguês tem “com relação” ao proletário; gostaria que eles entrassem em uma relação puramente pessoal, e se mantivessem em relação como simples indivíduos. Ele não reflete sobre o fato de que, no âmbito da divisão do trabalho, as relações pessoais se desenvolvem e se fixam necessariamente em relações de classe [...] (MARX apud LUKÁCS, 1970, p. 109-110).

Assim Stirner, apesar de ser considerado um hegeliano radical de esquerda, acaba se convertendo em um apologeta do capitalismo, como de resto todo anarquista radical. Por este motivo, Lukács (1970) afirma que apenas o materialismo dialético está em condições de colocar com justeza o problema da particularidade e resolvê-lo.

3 MÉTODO

Em termos dos procedimentos técnicos relacionados à metodologia de pesquisa empregada neste artigo, fizemos uso de pesquisa bibliográfica, através da consulta principalmente aos dois textos que fundamentam as categorias que pretendemos desenvolver aqui. No que tange à categoria de sujeito, a principal fonte foi *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*, cujo título original é *The poverty of theory, or an orrery of errors*, trabalho originalmente publicado em 1978 pelo historiador britânico Edward Palmer Thompson (1924-1993). Já em relação à categoria particularidade, nossa principal fonte foi *Introdução a uma estética marxista: sobre a particularidade como categoria da estética*, do filósofo húngaro Georg Lukács (1885-1971), em sua edição de 1970. Outros textos referenciados ou citados neste trabalho são também oriundos de pesquisa bibliográfica.

4 CONSIDERAÇÕES

As categorias de sujeito e de particularidade permitem ao pesquisador da relação entre público e privado na educação desenvolver um arcabouço teórico-metodológico calcado no materialismo histórico-dialético. Enquanto perspectiva teórica que não apenas convive com a contradição, mas inclusive a toma como uma categoria de análise passível de ser desenvolvida, o materialismo histórico-dialético pode ensejar ao pesquisador a adoção daquela postura desafiadora, que desfamiliariza a epistemologia dominante abrindo espaço para novas possibilidades, conforme alude Ball (2011). E pode fazê-lo sem recair sobre uma postura positivista.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

Em um contexto particular da história do processo de acumulação do capital, compreender os projetos societários em disputa, que se materializam na elaboração e na implementação das políticas públicas, requer pensar sobre a própria construção dessa particularidade bem como sobre quem são os sujeitos individuais e coletivos que em correlação de forças disputam na arena das políticas, e quais interesses estão implicados em seus projetos.

Assim, o sujeito analisado por Thompson (1981) não é um vetor ou ser determinado, mas um sujeito ativo, que toma nas mãos as rédeas de sua própria história por meio da luta de classes. A relação entre o público e o privado na arena em que se debatem as políticas educacionais não se dá, portanto, entre pessoas simplesmente, quer as entendamos como indivíduos ou como instituições; trata-se de uma relação baseada em antagonismos de classe, entre sujeitos que aportam a defesa de um projeto societário através do qual pretendem fazer sua própria história. Se em um momento particular da história o setor privado conquistará mais espaço nas políticas ou refluirá, abrindo espaço para a recuperação do papel do Estado como protagonista das políticas, isso será determinado pela correlação de forças entre os sujeitos e seus projetos antagonísticos de classe.

Por outro lado, os ideais de classe, conforme aponta Lukács (1970), se baseiam em uma compreensão específica da relação entre particular e universal. Os sujeitos são a força motriz da história porque é através da defesa das suas aspirações particulares (isto é, de uma classe em particular) que movimentam os eventos históricos, mas neste processo o universal também é mobilizado, pois é em nome dos direitos universais da sociedade que uma classe particular reivindica para si esta missão. Assim é que, na relação entre público e privado que se estabelece em um momento particular do capitalismo, os interesses de classe do setor privado, vinculados ao mercado e ao neoconservadorismo (PERONI, 2021), pretendem se apresentar como universais, ou até mesmo desprovidos de ideologia. Entretanto, ao se combinar a análise dos sujeitos à relação entre particular e universal, o pesquisador pode demonstrar empiricamente, através por exemplo da análise dos documentos legais que regem as políticas educacionais, como o setor privado pretende na verdade impor seu projeto societário sonhando o processo de mediação entre singular e universal.

REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Intelectuais ou técnicos? O papel indispensável da teoria nos estudos educacionais. *In*: _____; MAINARDES, Jefferson (Org.). **Políticas educacionais: questões e**

dilemas. São Paulo: Cortez, 2011. p. 78-99.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. *In*: ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. Campinas: Alínea, 2012.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

AS CATEGORIAS DE SUJEITO E PARTICULARIDADE: CONTRIBUIÇÕES PARA O CONSTRUTO TEÓRICO
DA PESQUISA SOBRE A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO
Angelo Maurício de Andrade Paz

LUCÁKS, Georg. **Introdução a uma estética marxista**: sobre a particularidade como categoria da estética. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto comunista. *In*: _____; LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Manifesto comunista**; Teses de abril. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 21-53.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Implicações da Relação Público-Privada para a Democratização da Educação**. 2015. Tese – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privada: o papel da educação na construção de um projeto societário democrático. *In*: _____; ROSSI, Alexandre José; LIMA, Paula Valim de (Org.). **Diálogos sobre a relação entre o público e o privado no Brasil e América Latina**. São Paulo: Livraria da Física, 2021. p. 19-35.

SHIROMA, Eneida Oto; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Perspectiva**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 427–446, 2005. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9769>. Acesso em: 9 out. 2022.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.